

Desde maio último, tenho participado de conferências e mesas redondas para debater os resultados do Censo 2010 sobre as religiões no Brasil. São debates que nos ajudam a receber a notícia do último “retrato panorâmico”, fornecida pelo maior e mais recente levantamento populacional realizado no país (20.635.472 pessoas entrevistadas em julho de 2010). É com base neste retrato estático – e deste em comparação com resultados de censos anteriores – que autores como Carlos Steil e Rodrigo Toniol² podem afirmar que, no Brasil, “o catolicismo experimenta uma crise”, que o catolicismo passou de uma “religião dos brasileiros” para uma “religião de maioria”, como eu afirmei em outro momento (Mafra, 2012), e que um Brasil menos católico é sinônimo de um Brasil mais individualizado, como afirma Pierre Sanchis em entrevista ao jornal IHU On-Line (2012, p. 5-8).

Os números sobre religião no Censo, como apontou Renata Menezes (2012, p. 10-14), têm se tornado uma importante plataforma política e foram, especialmente no último ano, em função das várias postergações de divulgação, aguardados com enorme ansiedade. As razões são variadas e algumas socialmente relevantes: tais números têm sido usados por políticos para construir alianças eleitorais; têm sido usados por religiosos para conseguir espaço na esfera pública; servem como evidência de importância social de igrejas e grupos religiosos; tendem a orientar políticas sociais e culturais etc. Quer dizer, esses números dificilmente saem do papel “puros” e “transparentes”: sempre saem acompanhados por uma narrativa, especialmente quando envolvem disputa entre maioria e minoria.

¹ Professora de antropologia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ.

² Refiro-me ao texto “O catolicismo e a Igreja Católica no Brasil à luz dos dados sobre religião no censo de 2010” dos autores, publicado neste número de *Debates do NER*, apresentado por Carlos Steil no Seminário O censo e as religiões no Brasil, realizado na PUC/RJ em 10 de setembro de 2012.

Neste artigo, para além da obviedade da mútua constituição de números e narrativas, quero problematizar dois aspectos da correlação:

1. A tecnologia da produção do número. Em geral, os jornalistas e a opinião pública falam em Censo da Religião no Brasil; entretanto, isto é uma hipérbole. A única pergunta que o IBGE apresenta ao respondente da amostra do Censo é: “Qual a sua religião ou culto?”. Os pesquisadores do Instituto de Estudos da Religião (ISER) já vêm criticando essa falta de densidade na construção do número desde o começo de sua parceria com o IBGE, em 1990. Neste artigo vou insistir no argumento a partir da triste condição de seus intérpretes: na falta de consistência na composição do número, os especialistas são obrigados a buscar fontes subsidiárias e assimétricas para completar a informação indicada pelo número do Censo. Neste artigo, vou argumentar que não há por que persistir com essa inconsistência metodológica.

2. Na segunda parte do artigo, farei comentários substantivos sobre os números a partir da seguinte pergunta: quais as linhas de força, os ancoradouros e os fluxos presentes no campo das religiões no Brasil? Vou tecer alguns comentários gerais sobre o campo das religiões no Brasil, sublinhando a importância de não circunscrever a análise às fronteiras regionais ou nacionais, não projetar ordens sociais futuras a partir de modelos pouco arrojados do fluxo do tempo, não trabalhar apenas com modelos lineares de explicação científica etc.

Enfim, neste artigo vou propor que:

1. Para desenvolver suas habilidades analíticas, os especialistas de religião deveriam ter uma quantidade maior de números brutos de origem censitária para trabalhar.
2. É importante investir em teorias mais arrojadas para a abordagem das “multidões de números” uma vez que, como afirmam os matemáticos,

números em grande quantidade não se comportam como números em pequena quantidade. Da mesma forma, segundo Urry (2007), estamos entrando em uma era de interconexão planetária nunca antes vista, o que requer uma teoria social que cultive noções de incerteza, de imprevisibilidade e a capacidade de lidar com ilhas de ordem em um mar de desordem.

COMENTÁRIOS SOBRE A TECNOLOGIA DA PRODUÇÃO DOS NÚMEROS

Antes de tecer algumas críticas sobre os procedimentos de construção dos números sobre as religiões no Censo, quero ressaltar a importância e a relevância da tecnologia do Censo IBGE.

Em primeiro lugar, valorizo a “longevidade” dos números sobre religião nos censos brasileiros: a nossa série começa em 1872, tem um breve intervalo entre 1920 e 1930, e segue contínua até os dias de hoje. No contraste, devemos lembrar que a França, essa nação ícone da formação do Estado laico e republicano, parou de fazer o levantamento censitário das religiões em 1872 – quando iniciamos. Nos Estados Unidos da América, onde as religiões muito claramente ocupam o espaço público, constituindo-o, o Estado deixou de realizar o levantamento censitário sobre a filiação religiosa em 1926, transferindo, desde então, a tarefa para um *pool* de instituições religiosas.

Em segundo lugar, ao longo dessas séries, os profissionais do IBGE desenvolveram uma metodologia de ponta e de qualidade internacional. Enquanto vários institutos de estatística dos outros países tendem a apresentar uma grade fechada de alternativas religiosas para o respondente – em leques de diversidade compostos a partir de dados históricos e do reconhecimento de fluxos migratórios –, o IBGE permite que o respondente indique de forma livre o nome da religião ou culto de que faz parte. Isto, em um levantamento censitário – ainda que realizado apenas em um plano amostral –, envolve um trabalho monumental, pois o número de declarações sempre será mais amplo e surpreendente que o esperado. No Censo 2000, coletamos mais de 15 mil nomes de religiões de pertencimento. Esses 15 mil nomes

foram posteriormente classificados em 144 categorias. Para o Censo de 2010, a lista volumosa de indicações de pertencimento religioso desembocou em 66 categorias. Vale notar que essa metodologia – que privilegia a expressão livre do respondente diante do estímulo da pergunta – vai na contramão de uma tendência dos institutos de estatística dos países do norte, que é de contenção da resposta dentro de um limite previamente estabelecido.

Dito isto, tendo chamado a atenção para alguns méritos de nosso Censo, sigo com a crítica que farei a partir de dentro, isto é, demonstrando a escassez de informações empíricas do Censo sobre religião e como isso produz desvios na análise.

No Censo de 2010, observamos a consolidação de uma tendência que vem se delineando desde a década de 1980: redução do percentual de pessoas da religião católica (caiu para 64,6%), aumento de pessoas que se declaram evangélicas (subiu para 22,2%), aumento dos que se declaram espíritas (subiu para 2,0%), aumento dos que foram classificados como de outras religiosidades (subiu para 2,7%) e aumento dos que foram classificados como sem religião (subiu para 8,0%). No conjunto, isso significa que houve um aumento da diversidade dos grupos religiosos no Brasil.

Contudo, esses números não são tão “íntegros” quanto poderíamos esperar. Por exemplo, quanto aos dados sobre os católicos, na apresentação dos números, a presidenta do IBGE, Wasmália Bivar, de um modo um tanto barroco, chamou a atenção para um erro: “Após análise dos dados, verificou-se, em 2010, a alta incidência da classificação católica apostólica brasileira, podendo ter havido dificuldade de classificação entre as denominações das religiões católicas apostólicas romana e brasileira”. Ou seja, no Censo de 2010, os recenseadores levantaram 801.881 católicos brasileiros, o que foi corrigido para 560.781, em função de uma correlação estatística com o Censo de 2000, quando o problema da “engenharia tecnológica” da coleta não estava colocado. 241 mil respondentes foram realocados como Católicos Apostólicos Romanos.

Para os evangélicos, chama a atenção que uma das subcategorias, a de “religião evangélica não determinada”, soma 9.218.129 declarações. Isso é superior às declarações de “evangélicos de missão”, que chegaram

aos 7.686.827. Esse crescimento é inusitado, e paira uma dúvida sobre os números: seria o agente censitário ou o respondente quem ficou satisfeito com a resposta genérica de “evangélico”? Voltarei ao assunto mais à frente.

Como o primeiro desvio foi assumido pelo próprio IBGE como um problema de coleta, o assunto foi neutralizado. Em compensação, a circulação de fiéis entre as religiões, com o abandono do catolicismo, tem sido interpretada como o surgimento das “religiões em trânsito” ou da “religião de transição”, como afirmaram Ronaldo de Almeida (2012) e Sílvia Fernandes (2012); a constituição de uma “religião como experimentação”, segundo Sílvia Fernandes (2012) e Renata Menezes (2012); e a formação de uma “identidade alargada do religioso”, segundo Pierre Sanchis (2012).

Diante dessas interpretações, eu me pergunto: será que mudar de religião de dez em dez anos permite que se afirme que as religiões estão sendo vividas como “experiências transitórias”? Será que o baixíssimo número de declarações de 15.379 respondentes como “múltiplos pertencimentos” dá sustentação à afirmação de que os brasileiros experimentam as religiões como “religiões em trânsito”? Será que o aumento das declarações de “religião evangélica não determinada” permite que se diga que as pessoas passaram a viver o religioso em um sentido mais “alargado”?

Estou colocando essas questões apenas como um estímulo para o pensamento, pois tenho pleno conhecimento de que muitas das interpretações que os pesquisadores mencionados fazem dos dados do Censo levam em conta outras pesquisas sérias e consistentes, em metanarrativas teoricamente estabelecidas. Porém, estou sugerindo que os pesquisadores não deveriam se subordinar a esta condição precária de se apoiar em suas próprias pesquisas, muitas delas qualitativas, para preencher de sentido os números que o Censo oferece. Diante da importância social, política e cultural dos números do Censo sobre as religiões no país, não há por que dar continuidade a essa precariedade na produção das informações censitárias.

Conversando com especialistas, em especial estatísticos, convenci-me de que duas outras questões fariam uma grande diferença na qualidade do levantamento censitário:

Primeiro, a reapresentação da questão sobre religião ou culto do respondente com um leque fechado de alternativas, incluindo na grade, como uma alternativa legítima, o duplo pertencimento. Dessa forma, dúvidas sobre a consistência da resposta de “múltiplos pertencimentos”, de “evangélica não determinada”, de “sem religião” diminuiriam substancialmente ou, com mais subsídios, ficariam “sob controle”.

Segundo, incluir uma questão sobre frequência da participação em reuniões, eventos ou rituais da religião ou culto. Com isso teríamos alguma indicação da prática religiosa, indo além da autodeclaração da religião de pertencimento.

Sugiro que levemos esta proposta à frente, apresentando-a para a presidente do IBGE antes de 2015, como uma reivindicação de diversos segmentos da sociedade civil.

QUAIS AS LINHAS DE FORÇA, OS ANCORADOUROS E OS FLUXOS PRESENTES NO CAMPO DAS RELIGIÕES NO BRASIL?

Todos sabemos da importância das metáforas na construção das teorias sobre a vida social. Para o caso das religiões, sugiro que, de uma vez por todas, substituamos a metáfora do mapa – das religiões como uma topografia unidimensional com fronteiras que ocasionalmente se sobrepõem e vazam – por outra, de um holograma, com unidades em constante movimento, com ramificações chegando a ordens inimagináveis de extensões e nós. Se focarmos na metáfora do holograma, seremos conduzidos a fazer operações mais ousadas e flexíveis com os números do que as que temos realizado até o presente momento.

Começo com um caso simples: a surpreendente informação do Censo 2010 de que houve diminuição no crescimento da Igreja Universal do Reino de Deus. Essa informação é ainda mais espetacular se a colocarmos em contexto, pois na última década os evangélicos voltaram a se expandir, em um salto de 26 milhões de seguidores para 42 milhões (atingindo 22,2% da população). Esse conjunto está distribuído em 4% de evangélicos de missão,

13,3% de evangélicos pentecostais e 8% de evangélicos não determinados. Além disso, o Censo nos informa de que boa parte dos evangélicos pentecostais se identifica com a Assembleia de Deus (12,3 milhões), seguida da Batista (3,7 milhões), da Congregação Cristã do Brasil (que baixou de 2,5 para 2,3 milhões) e da Universal (que baixou de 2,1 para 1,9 milhões de seguidores). Ou seja, enquanto o segmento evangélico avançou em termos de adesão, a Universal estaria em franco decréscimo (calcula-se a perda de 228 mil fiéis).

Os pesquisadores têm sugerido que a causa mais forte da queda foi a criação da Igreja Mundial do Poder de Deus, do pastor Valdomiro Santiago, ex-integrante da IURD. Nesse sentido, Ricardo Mariano (2012) fala da presença de “igrejas clone” – a de Valdomiro e outras – que engolem a freguesia da Universal. Outro argumento que tem sido mencionado é o do desgaste da “fórmula da Universal”, que, com seus rituais em réplica e sua demonização das religiões afro-brasileiras, teria deixado de seduzir novos fiéis – Sílvia Fernandes fala em “falta de criatividade” (Fernandes, 2012). A Universal, com seu estilo ritual, teria encontrado um teto de influência e, portanto, de expansão.

Colocarei em dúvida a excessiva valorização dessa notícia em seu *input* negativo, tendo em vista um outro dado, o do aumento significativo do “evangélico não determinado” (com 9,2 milhões de respondentes). Uma das peculiaridades da IURD em relação ao universo pentecostal e carismático está no fato de esta igreja não recusar uma membresia flutuante. Ao contrário do modelo congregacional cristão reformado – que conta com o princípio da conversão, o abandono dos referentes de sociabilidade anteriores e a reconstrução dos laços de pertencimento a partir de um novo universo valorativo e simbólico (Hefner, 1993) –, a IURD parece não apenas conviver, mas usufruir de uma adesão comunitária frouxa (Mafrá; Swatowski; Sampaio, 2012). Em sua etnografia, Edlaine Gomes (2011) propõe que a membresia da IURD se divide em quatro estratos, sendo que um deles é de frequentadores esporádicos. Pragmaticamente, isso quer dizer que os frequentadores esporádicos da IURD podem percorrer um circuito variado de igrejas – Assembleia, Deus é Amor, Maranata etc. – retornando aos bancos da Universal apenas em momentos especiais: na “Fogueira Santa”, diante do

fracasso do pagamento de uma dívida, diante da iminência do divórcio etc. Como usam dizer bispos e pastores, a Universal é a igreja “que tem poder”!

O que estou afirmando é que a Universal tem um desenho institucional que não se abala com a não fidelização do frequentador. Isso significa que muitos de seus frequentadores esporádicos, como compõem a sua religião a partir de uma circulação entre várias igrejas, podem perfeitamente se identificar como “evangélicos não determinados”. Nesse caso, o inchaço da categoria “evangélico não determinado” no último Censo bem pode ser indicativo de uma rotinização da influência mais abrangente da Universal em todo o campo evangélico, e não a indicação da redução de sua influência. Ou seja, a influência da IURD pode estar se estabilizando de um modo mais ramificado e virtual – via redes de internet, eventos transnacionais ocupando avenidas e praças públicas em diferentes cidades, indústria fonográfica de música gospel, consumo de CDs, DVDs, turismo religioso, produção de livros para público de amplo espectro, como *Nada a perder*, de Edir Macedo, e *Casamento Blindado*, de Renato e Cristiane Cardoso. Além disso, evangélicos pentecostais de segunda e terceira geração parecem buscar experiências religiosas mais plurais dentro de um espectro considerado cristão; evangélicos pentecostais que vivenciam uma mobilidade social ascendente parecem buscar alternativas às vidas congregacionais de vínculo forte.

Noto, entretanto, que no Brasil, em contraste com esse acolhimento de frequentadores com vínculo fraco, em épocas de eleição, a igreja, abertamente, direciona o voto dos frequentadores para candidatos não apenas evangélicos, mas “evangélicos da igreja”.

Sublinho: não estou afirmando que a categoria “evangélicos não determinados” deve ser somada à de “membros da IURD”, mas que esse tipo de evangélico – que provavelmente circula e/ou transita entre diferentes denominações – não se choca com a organização institucional da Universal, que pode vir, na outra volta do parafuso, exatamente como demonstração de sua influência, por ajudar a engrossar uma categoria alicerçada na noção de vínculo congregacional frouxo.

O que isso quer dizer? Outra informação importante do último Censo é o crescimento dos “sem religião”, de 7,4% para 8,0%. Segundo o Censo

2010, essa população soma 14,5 milhões de respondentes. Como esperado, boa parte desse universo é urbano, jovem e masculino. Essas características corroboram alguns pressupostos modernos: do urbano como o lugar da “saída da religião”; da “juventude” como o tempo de busca de experimentação, ao invés da fixação de certezas; de um maior pragmatismo por parte dos homens, *versus* um maior idealismo por parte das mulheres. Porém, em contraste com esse padrão sociológico moderno, no caso do Brasil, a maioria dos “sem religião” tem baixa escolaridade, está na base da pirâmide e é de cor parda.

Foi Cecília Mariz quem lançou uma hipótese bem interessante para o caso: ela sugeriu que esta declaração de “sem religião” tem a ver com um novo sentido de “religião” que tende a se estabelecer no país em função de uma influência mais alargada dos evangélicos (Mariz, 2012). Esses jovens, pondera ela, que estão na base da pirâmide (como boa parte dos pentecostais), que são de cor parda (como boa parte dos crentes), que têm baixa escolaridade (como a maioria dos pentecostais), muito provavelmente são considerados “desviados” no meio em que habitam. Desviado é a categoria nativa pentecostal para falar de alguém que conheceu a doutrina evangélica e depois se afastou da igreja. Como boa parte dos jovens das periferias tem sido criada aos cuidados de uma mulher evangélica, eles tendem a aprender com suas mães/avós/tias que “ter religião” é sinônimo de “frequentar uma igreja”. Como esses jovens não frequentavam uma igreja na época da aplicação do Censo, eles se autodeclararam “sem religião”.

Em suma, nessa interpretação, os “sem religião - sem religião” não se sintonizam com a postura do “sem religião - ateu” (aquele que não crê em Deus ou deuses) nem com a postura do “sem religião - agnóstico” (aquele que assume a impossibilidade de se produzir conhecimento sobre os problemas metafísicos ou religiosos). Os “sem religião - sem religião” diriam respeito ao jovem que, ainda que professando alguma crença em um ser ou energia superior, não pratica atividades de culto e louvor de modo sistemático.

Se essa hipótese estiver correta, estamos a anos-luz da noção do “católico nominal”, quando a falta da prática religiosa pouco interferia na autodeclaração do entrevistado. Esta interpretação também é diferente da noção de

“desafeição religiosa” proposta por Pedro de Oliveira (2012) e que está atrelada a uma postura crítica do respondente ao religioso e à instituição religiosa *per se*.

Além desta questão do decréscimo da membresia da Universal e do crescimento da categoria dos “evangélicos não determinados”, gostaria de lembrar, no panorama mais geral das religiões do Brasil, a tendência de crescimento dos espíritas (de 1,3% para 2,0%) e a estabilização das religiões afro-brasileiras (umbanda e candomblé, com 3%), levando isso em conta para construir nosso holograma.

Este sentido de avanço da diversidade religiosa no país (*mais* em direção ao espiritismo, que é uma versão do cristianismo em diálogo com a ciência, e *menos* em direção ao compósito afro-brasileiro) corresponde, nas palavras de Pierre Sanchis, a um avanço de uma “religiosidade alargada” que deixa para trás o “gênio católico” – que compreenderia uma articulação das diferenças na complexidade de uma estrutura hierárquica – para avançar em direção ao “gênio protestante” – ou seja, a multiplicação de sistemas religiosos mais sistematicamente articulados, capazes de suportar o exame crítico subjetivo (Sanchis, 2012).

Através destas várias trilhas de investigação, penso que localizamos uma clara linha de força atravessando e pressionando o nosso holograma, e essa linha de força se movimenta a partir do catolicismo em direção aos evangélicos pentecostais. Cada vez mais, os pressupostos de uma religiosidade cristã “em fluxo” – cujo vórtice está na espiritualidade pentecostal – se tornam referentes de nosso senso comum, atravessando divisões de classe, de gênero, de idade, de região, de centro e de periferia. Saliento que essas linhas de força se movimentam tendo como um ancoradouro rotineiro as convenções estabelecidas a partir de uma cultura católica de longa duração – que segue como referente principal para a maioria da população. Ao contrário do que tem sido afirmado, penso que o catolicismo não é a única alternativa de religião, nem é algo inevitável, mas continua a ser uma referência muito difícil de quebrar nos ancoradouros de ordem deste país.

Portanto, o nosso holograma tende a ser formado por muitas versões de cristianismo com focos de outras religiosidades, que continuam a se constituir mutuamente e no contraste com a nossa versão de secularismo. Apenas

chama a atenção que, nas últimas décadas, a capacidade dos evangélicos de criar malhas institucionais sem centros ou com múltiplos centros, com ênfase na subjetividade e na capacidade de autogestão, coloca-os à frente na dinâmica social. Os evangélicos, como bem demonstrou Cesar Jacob na publicação *Religião e Sociedade em Capitais Brasileiras* (Jacob et al., 2006), ocupam preferencialmente as periferias urbanas, mas também as outras novas “periferias” em diversas “frentes de expansão do capitalismo” – na internet, na oferta de novos serviços de artigo e tecnologia, nos processos de urbanização das regiões Norte e Centro-Oeste etc. Esse fenômeno tende a se repetir na última década, ainda segundo Jacob (2012). Isso não afasta os evangélicos do problema do caos e da autodissolução: com pouca experiência de ancoragem e imersos em um campo social por vezes excessivamente tensionado em função da concorrência denominacional, os evangélicos têm muita dificuldade de fundar, propositiva e alternativamente, “ilhas de ordem” distintas das que “encontramos por aí”.

Enfim, como os pressupostos de um cristianismo “ancorado” e “em fluxo” encontram-se presentes em diferentes momentos da nossa história e não são monopólio de nenhuma ortodoxia, não farei nenhum exercício de futurologia. Concluo este artigo insistindo na importância de nós, especialistas e lideranças religiosas, solicitarmos ao IBGE fontes numéricas mais diversas e precisas sobre as religiões no Brasil, tanto quanto na importância de examinarmos os números, que por vezes parecem indicar trilhas determinadas e previsíveis, com o apoio de teorias sociais mais abertas e capazes de conviver com alguma incerteza e imprevisibilidade. Com uma metáfora teórica mais arrojada, a certeza enganosa do mapa bem pode se converter na surpresa lúcida do holograma.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Ronaldo de. Zona leste de SP forma o maior ‘corredor’ de evangélicos. *Folha de São Paulo*, 7 out. 2012. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/1164863-zona-leste-de-sp-forma-o->

maior-corredor-de-evangelicos.shtml>. Acesso em: 7 out. 2012. Declaração concedida a Olívia Florência.

FERNANDES, Sílvia. A (re)construção da identidade religiosa inclui dupla ou tripla pertença. *IHU On-Line*, jul. 2012. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/511249-estamos-falando-de-re-construcao-de-identidade-religiosa-entrevista-especial-com-silvia-fernandes>>. Acesso em: 7 jul. 2012.

GOMES, Edlaine. *A era das catedrais: a autenticidade em exibição (uma etnografia)*. Rio de Janeiro: Garamond/FAPERJ, 2011.

HEFNER, Robert. *Conversion to Christianity: Historical and Anthropological Perspectives on a Great Transformation*. Berkeley: University of California Press, 1993.

IBGE. *Censo Demográfico 2010: Características da População e dos Domicílios – resultados preliminares*. Rio de Janeiro: IBGE, 2011a.

IBGE. *Censo Demográfico 2010: Aglomerados Subnormais – primeiros resultados*. Rio de Janeiro: IBGE, 2011b.

JACOB, Cesar et al. *Religião e Sociedade em Capitais Brasileiras*. Rio de Janeiro: PUC-Rio/Editora Loyola/CNBB, 2006.

JACOB, Cesar. Entrevista ao jornal O Globo, p. 3, 30. jul. 2012.

MAFRA, Clara. Censo de Religião: um instrumento descartável ou reciclável? *Religião e Sociedade*, v. 24, n. 2, p. 152-159, 2004.

MAFRA, Clara. O percurso que faz o gênero. *Religião e Sociedade*, v. 32, n. 2, p. 124-148, 2012.

MAFRA, Clara. O que os homens e as mulheres podem fazer com os números que fazem coisas? In: TEIXEIRA, Faustino; MENEZES, Renata (Orgs.). *Religiões em movimento: o censo de 2010*. Petrópolis: Vozes, 2013. No prelo.

MAFRA, Clara; SWATOWISKI, Claudia; SAMPAIO, Camila. O projeto pastoral de Edir Macedo. Uma igreja benevolente para indivíduos ambiciosos? *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 27, n. 78, p. 81-96, fev. 2012.

MARIANO, Ricardo. Em marcha, a transformação demográfica do país. *Folha de São Paulo*, São Paulo, p. A16, 30 jul. 2012.

MARIZ, Cecília. Pentecostalismo: mudança do significado de ter religião. *IHU On-Line*, n. 400, 2012. Disponível em: <http://www.ihuonline.unisinos.br/index.php?option=com_content&view=article&id=4591&secao=400>. Acesso em: 7 jul. 2012. Entrevista concedida a Thamiris Magalhães e Graziela Wolfart.

MENEZES, Renata. Censo 2010, fotografia panorâmica da vida nacional. *IHU On-Line*, n. 400, 2012. Disponível em: <http://www.ihuonline.unisinos.br/index.php?option=com_content&view=article&id=4588&secao=400>. Acesso em: 7 jul. 2012. Entrevista concedida a Thamiris Magalhães.

OLIVEIRA, Pedro. A desafeição religiosa de jovens e adolescentes. *IHU On-Line*, jul. 2012. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/511180-desafeicao-religiosa-esse-conceito-seria-central-para-entendermos-os-sem-religiao-entrevista-especial-com-pedro-ribeiro-de-oliveira>>. Acesso em: 5 jul. 2012. Entrevista concedida a Patrícia Fachin e Luana Nyland.

SANCHIS, Pierre. Pluralismo, transformação, emergência do indivíduo e de suas escolhas. *IHU On-Line*, ago. 2012. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/512850-pluralismo-transformacao-emergencia-do-individuo-e-de-suas-escolhas>>. Acesso em: 7 jul. 2012.

STEIL, Carlos Alberto; TONIOL, Rodrigo. O catolicismo e a Igreja Católica no Brasil à luz dos dados sobre religião no censo de 2010. *Debates do NER*, Porto Alegre, n. 24, 2013.

URRY, John. *Global Complexity*. Cambridge: Polity, 2003.